

## Os trabalhadores em Educação Terceirizados da rede municipal de Belo Horizonte continuam em luta!

Vimos de uma batalha árdua, porém produtiva na Rede Municipal de Belo Horizonte.

Através dela, conseguimos dialogar com a sociedade belo-horizontina sobre as demandas dos trabalhadores terceirizados. Pela primeira vez, o prefeito teve de ir a público para dar resposta aos trabalhadores terceirizados da cidade.

Instigamos o debate sobre o fim da escala 6x1 no legislativo municipal, contra a vontade da maioria dos parlamentares da CMBH. Mas nossa batalha não é simples e, apesar dos avanços, ainda estamos longe de conquistar os objetivos desejados. Por isso, não podemos desanimar.

Após a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos trabalhadores da MGS e Caixas Escolares, seguimos em fiscalização para o seu cumprimento e implementação. Desde os 20 minutos de lanche por turno para TODOS os trabalhadores terceirizados, até a cobrança para a garantia de local adequado para o lanche e descanso. Para além disso, continuamos exigindo o avanço de outros pontos não inseridos no ACT.

Para que isso aconteça, é muito importante registrar, com o máximo de precisão, algumas irregularidades cometidas, tanto pela MGS, quanto pelas Caixas Escolares (se existirem).

1. Falta de profissionais (dia e função do profissional)
2. Atrasos na substituição (dia, função e tempo de atraso).
3. Falta de materiais de segurança
4. Erros no contracheque (quais e como ocorreram)
5. Desvio de função (Tipo do desvio, dia do ocorrido e quantas pessoas envolvidas)

6. Descumprimento do horário de lanche.
7. Inadequação ou ausência do espaço para o lanche (com registro de fotos e explicação do porque é inadequado).
8. Inadequação de outros espaços, como banheiros, cantina, etc. (com registro de fotos e explicação do porque é inadequado).

### Votação sobre o PL 1026/2025 (fim da escala 6x1 nos contratos da PBH)

No dia 08/05, a categoria esteve presente na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), para pressionar os vereadores pela aprovação do recurso contra a decisão da Comissão de Legislação e Justiça (CLJ), que considerou o PL 1026/24 inconstitucional. O PL 1026/25 definia a jornada de 30h de trabalho como condição para contratos de terceirização na prefeitura de Belo Horizonte.

Não há qualquer inconstitucionalidade em que o executivo determine as regras dos contratos de trabalho que executam. Também não existe qualquer impedimento de que existam jornadas menores que 44h na prestação de serviços para a prefeitura.

Infelizmente, em um ATAQUE aos trabalhadores terceirizados da prefeitura de Belo Horizonte, a maioria dos vereadores optou por proteger o prefeito, votando contra o recurso que permitiria que o projeto voltasse a tramitar. O que significa que o projeto foi rejeitado antes mesmo de ter seu mérito avaliado pelas demais comissões.

Covardemente, os vereadores não tiveram coragem de dar seu voto na frente dos trabalhadores. Enrolando o processo de votação, que se estendeu até o final da sessão do dia 8. No final, o recurso foi votado apenas no dia seguinte, quando as galerias estavam vazias.

O adiamento da sessão é um sinal da importância da participação da categoria, cobrando seus representantes eleitos em legislar em benefício da classe trabalhadora, não somente dos empresários.

31 vereadores votaram pela inconstitucionalidade do PL. Portanto, contra os interesses dos trabalhadores terceirizados. Porém, muitos deles assinaram o manifesto a favor do Projeto Nacional. O Sind-REDE/BH tem cobrado esses vereadores para que pressionem a prefeitura a apresentar uma proposta de redução de jornada de trabalho à Câmara Municipal. Uma vez que, de acordo com eles, só dessa forma a proposta poderia ter segurança jurídica para tramitar. Estamos cobrando e aguardando essa movimentação, não nos esqueçamos de quem atua contra a educação.

Esses representantes, eleitos por nós, moradores de BH, são os mesmos que aprovaram para si um Auxílio-Alimentação de R\$ 2.374 e agora consideram "imprudente" permitir que a Câmara discuta uma proposta que obriga a Prefeitura a negociar a redução da jornada dos trabalhadores terceirizados.

Além do descaso, durante a sessão do dia 08/05, alguns parlamentares ofenderam os trabalhadores com xingamentos e desmoralização do trabalho executado pelos terceirizados. Fazendo parecer que duvidavam da capacidade de interpretação de cada um destes trabalhadores. Muitos vereadores zombavam e encenavam para criar uma "cortina de fumaça" para atrasar a votação do recurso.

Mas a luta pela redução da jornada de trabalho em Belo Horizonte ainda não acabou. O movimento pelo fim da Escala 6X1 e redução da jornada de Trabalho para 30h semanais permanece firme.

## **Demissão dos Trabalhadores que não foram aprovados no processo seletivo.**

Desde 2019, a categoria organizada pelo Sind-REDE/BH tem lutado arduamente contra as demissões dos trabalhadores terceirizados não aprovados nos processos seletivos. Na época, seriam mais de 5 mil demissões, mas por 7 anos conseguimos atrasar este processo, com realização de novas provas e mudanças nos editais que beneficiassem os trabalhadores em atividade.

No entanto, mesmo com todas as mudanças, aproximadamente 200 trabalhadores ainda não passaram no processo seletivo, alguns deles estão entre os que têm mais tempo de trabalho na Prefeitura. Vários destes trabalhadores já foram demitidos. Fizemos todo o possível para impedir essas demissões, mas infelizmente nem o Ministério Público do Trabalho, nem o Judiciário ou a Prefeitura tiveram acordo em adiar mais uma vez essas demissões. Consideramos isso uma injustiça, por isso não desistiremos da luta e tentaremos evitar, com os recursos disponíveis, cada uma dessas novas demissões.

No dia **21 de maio, às 19h**, haverá uma homenagem ao trabalho e à luta dos trabalhadores terceirizados das escolas municipais de Belo Horizonte, na CMBH.

É um convite para toda a categoria, em especial, o comando de greve e representantes de escolas.

# **Calendário de mobilização**

## **Plenária de Representantes**

**27/05 (terça-feira)**

**Às 9h e às 16h**

Lembrem-se: toda escola tem direito à participação de um representante da MGS e um representante das Caixas Escolares, em uma reunião por mês.

### **Pauta**

**9h** - Formação sobre saúde e segurança no trabalho.

**13h** - Informes e encaminhamentos sobre as ações para cumprimento dos acordos de greve e da luta pela redução da jornada de trabalho; organização do quadro de denúncia das irregularidades cometidas pela MGS.

## **Audiência Pública na Câmara Municipal (Plenário Aminthas de Barros)**

**18/06 (quarta-feira)**

**Às 9h15**

Atendimento aos estudantes com deficiência e a relação com os trabalhadores em educação na Rede Municipal de BH.

 @sindredebh

 @sindrede

 Sind-REDE

[sindrede.org.br](http://sindrede.org.br)

